

Apelo à Justiça

André Garcia
Da equipe do **Correio**

Kleber Lima 2.2.01

O Conselho Técnico de Preservação de Brasília (CTPB), órgão auxiliar do Governo do Distrito Federal para assuntos que envolvem a área tombada como Patrimônio Mundial, resolveu fazer uma reclamação formal ao Tribunal de Justiça do Distrito Federal (TJDF). O motivo é a sucessão de decisões judiciais recentes que estão dificultando o trabalho de reduzir a poluição visual no Plano Piloto.

O coordenador do conselho, Carlos Pontes, entregou na última sexta-feira carta ao presidente do TJDF, Edmundo Minervino, na qual demonstra preocupação com a série de liminares concedidas por magistrados impedindo a retirada de *outdoors* de prédios do Plano Piloto. E sugere ao presidente do Tribunal a adoção de medidas para "conscientizar os juízes do papel da Justiça na preservação da cidade", segundo trecho da correspondência.

As principais razões para a reclamação são três liminares obtidas no Tribunal por empresas de publicidade externa, que garantiram a manutenção de três dos *outdoors* que mais incomodam o CTPB. Dois afixados nos edifícios Maristela e JK, no Setor Comercial Sul, e um instalado no Setor Bancário Sul, no edifício Casa de São Paulo. Todas as peças publicitárias, que ocupam a maior parte das laterais dos prédios, anunciam empresas de telefonia.

LEI FEDERAL

As decisões judiciais esvaziaram a operação de retirada de anúncios no Plano Piloto promovida pela Administração Regional de Brasília. No final do ano passado, a administração decidiu revogar as autorizações concedidas para instalação dos três *outdoors*, mantidos pelas empresas Look Painéis e Outmedia. Mas não pôde fazer a retirada das peças, porque as duas empresas conseguiram liminares do TJDF.

"Quando finalmente a Administração de Brasília resolve retirar os gigantescos *outdoors* do Plano Piloto, as empresas conseguem liminares na Justiça", lamenta Carlos Pontes. Ele se ba-

seia na legislação federal do tombamento — Portaria 314 do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan) —, para reivindicar a retirada dos anúncios. "A lei é clara e proíbe

que as empenas (laterais) dos edifícios que estão na área tombada sejam utilizadas para propaganda", argumenta.

Autor de uma ação popular para retirar o enorme cartaz

afixado no Torre Palace Hotel, em pleno Eixo Monumental, Carlos Pontes conta que já teve outra frustração com a Justiça. "Para manter o anúncio, um desembargador o comparou



POR ORDEM JUDICIAL, O GDF NÃO PODE RETIRAR OS ENORMES *OUTDOORS* AFIXADOS NOS EDIFÍCIOS MARISTELA E JK, NO SETOR COMERCIAL SUL

"UM DESEMBARGADOR COMPAROU UM *OUTDOOR* DE BRASÍLIA COM OS LUMINOSOS DE NOVA YORK. ISSO NÃO FAZ SENTIDO, POIS SÃO DUAS PROPOSTAS DIFERENTES DE CIDADE"

CARLOS PONTES

Coordenador do Conselho Técnico de Preservação de Brasília

ENTENDA O CASO

No final do ano passado, a Administração de Brasília revogou as licenças de instalação de três *outdoors* na área central do Plano Piloto. Os anúncios seriam retirados porque estariam ferindo a legislação federal que trata da área tombada como Patrimônio da Humanidade.

As empresas responsáveis pelos *outdoors* conseguiram liminares no Tribunal de Justiça do Distrito Federal. As decisões

judiciais impediram a Administração de Brasília de retirar os anúncios.

O Conselho Técnico de Preservação de Brasília, órgão consultivo do Governo do Distrito Federal, quer que o presidente do Tribunal de Justiça do DF organize um fórum, com a participação de especialistas, para conscientizar os magistrados sobre a necessidade de retirar os anúncios para garantir a conservação do plano urbanístico de Brasília.

com os luminosos de Nova York. Isso não faz sentido, pois são duas propostas diferentes de cidade", reclama.

Na carta enviada ao presidente do TJDF, o Conselho Técnico de Preservação se oferece para ajudar na organização de um fórum de debates sobre a legislação do tombamento, uma das medidas sugeridas para tentar reverter o entendimento de parte dos magistrados sobre a instalação de *outdoors* no Plano Piloto. Segundo a assessoria do Tribunal, o presidente Edmundo Minervino se comprometeu a estudar a possibilidade de realizar um seminário para discutir o assunto.

Na Administração de Brasília, a iniciativa do CTPB foi bem recebida. "Somos favoráveis a um grande debate. Nós não retiramos os cartazes para obedecer às decisões da Justiça", afirmou Luiz Gomes, administrador interino de Brasília.